

Lederman coloca o dedo na ferida ao demonstrar o ascendente de temáticas e conceitos localizados, utilizando mesmo a expressão “Torre de Babel das antropologias regionais”. A reflexão é trazida ao presente em torno das problemáticas da globalização, que têm provocado um inesperado *revival* das questões difusionistas, agora sob o prisma de “conexões contemporâneas entre gentes, objectos e ideias”. No capítulo final, “Applied anthropology”, o especialista em questões de HIV Merrill Singer surpreende pela sua recapitulação desta vertente da antropologia no universo anglo-saxónico desde os tempos do colonialismo.

A New History of Anthropology foi hiperbolicamente louvada em recensões críticas anglo-saxónicas pelas suas “provocative views” e “surprising synergies”, quando, na realidade, é uma obra desequilibrada na estrutura e muito desigual nos contributos individuais. Não aprofunda nem actualiza o conhecimento do passado e deixa de fora temas actuais da maior importância. Poderíamos esperar, por exemplo, um balanço já possível do debate *writing culture*; ou uma primeira perspectiva historiográfica do *dossier* neo-animista. Parece depreender-se que Kuklick teve a intenção de chocar pela diferença. Teria relevância se este projecto fosse levado mais longe, criando, de facto, um percurso alternativo e original. Ora o resultado obtido é, sobretudo, perigoso pela influência que pode e certamente irá exercer em novas gerações de antropólogos, que ficarão com uma imagem distorcida e incompletíssima do passado da disciplina. Apesar de ser apresentada na contracapa como “um instrumento ideal tanto para o ensino como para a aprendizagem da História da Antropologia”, esta obra é desaconselhada para tais fins. O seu interesse reside, sobretudo, na ideia dos “neglected pasts”, mas fica muito aquém da ideia. Salva-se o valor isolado de alguns capítulos.

Frederico Delgado Rosa
Departamento de Antropologia da FCSH da UNL

Peter Burke e Maria Lúcia G. Pallares-Burke, Gilberto Freyre. Social Theory in the Tropics, Oxford, Peter Lang, Ltd., 2008, 261 páginas.

Concebido sob os auspícios das celebrações do “ano nacional de Gilberto de Mello Freyre”, o livro, escrito a quatro mãos, principia com uma frase sintomática do autor brasileiro: “O passado nunca foi; o passado continua”. Raramente a escolha de uma epígrafe é tão reveladora da intenção de Peter

Burke e Maria Lúcia Pallares-Burke que, para tornarem “Gilberto nosso contemporâneo”, procuram esconjurar os traumas do passado, actualizando as teorias de Gilberto Freyre para o século XXI.

Apesar de estarmos perante um livro de síntese, voltado sobretudo para o público estrangeiro que desconhece Gilberto Freyre, a exposição evita leituras simplistas e lineares da sua obra. Os autores fazem, aliás, questão de enfatizar o feixe de contradições do seu percurso intelectual e político, analisando-o numa pluralidade de contextos. Desta opção resulta uma visão mais equilibrada de Gilberto Freyre, o que contribui para clarificar algumas questões referentes ao seu trajecto.

O livro está dividido em sete capítulos, que contemplam núcleos temáticos e não cronológicos da obra de Freyre. Esta *semibiografia*, inserida na colecção “The Past in the Present” (que visa estimular a divulgação de autores e ideias relevantes para os problemas actuais), apresenta Gilberto Freyre enquanto precursor da “teoria social nos trópicos” e encorajador da harmonia e fraternidade entre “raças” e culturas. Creio, no entanto, que esta apreciação é discutível, sobretudo na forma como os autores a realizam: “Freyre’s ideas are of particular relevance today for both political and academic reasons. His suggestion that Brazilians should accept themselves as a mixture of ethnic groups and cultures [...] remains a topical issue in Brazil, but globalization has made it relevant to many other parts of the world as well” (p. 18). Ao combinar valorização científica com relevância política, os autores implodem as distinções conceptuais, correndo o risco de simplificar o seu argumento. Aliás, sob o ponto vista político, creio que a actualidade de Freyre deveria ser equacionada à luz de uma forma particular de dissolver os conflitos que privilegia as justaposições harmónicas aos conflitos abertos. Esta forma de solucionar as disputas define-se, precisamente, pela conquista do terreno “neutro”, o que contribui para naturalizar as formas orgânicas de complementaridade social em nome do consenso.

A opção pela indistinção conceptual assinala uma mudança no pensamento dos autores, designadamente de Peter Burke, que anteriormente apenas se referia às “afinidades electivas” entre a história social de Gilberto Freyre e a *história nova* realizada pelos *Annales*, sem extrapolar essas considerações para o campo da política. À semelhança, aliás, do que aconteceu com pensadores contemporâneos de Gilberto Freyre — como Fernand Braudel, Lucien Febvre ou Roland Barthes — que identificaram atempadamente as valências do seu pluralismo metodológico, bem como a sua irresistibilidade literária, *quase proustiana*, apesar de o seu estilo coloquial e impreciso ter sido incompreendido pela ortodoxia académica da época.

Neste livro, os autores despolitizam, porventura, algumas concepções freyrianas, sobretudo quando enfatizam a sua importância para o presente: “one of the central arguments of this book is that histories and historical

writing [...] need to be redrawn in order to take account of the pioneering work of this gifted sociologist-historian from the periphery” (p. 17). Este pioneirismo tende a elidir que na origem da observação nostálgica do mundo dos senhores de engenho estava uma reacção de Freyre à chegada da modernidade ao Brasil. A própria noção de “equilíbrio de antagonismos”, mais do que uma opção teórica, deve ser examinada à luz de uma interpretação do Brasil pelo lado do afecto, que tem consequências normativas, pois assegura o equilíbrio de um país. Creio, por isso, que é necessário contestar a naturalização do pioneirismo de Gilberto Freyre de modo a evitar que o seu regresso apareça metamorfoseado numa figura da moderação. Nesse sentido, parece-me adequado questionar algumas noções dos Burkes, principalmente aquelas que tendem a encerrar o seu estudo num sistema de valorização do autor. Opção particularmente evidente nos dois primeiros capítulos, “The importance of being Gilberto” e “Portrait of the artist as a young man”, que, apesar da elegância *wildeana* e *joyceana* dos títulos, são indicativos de uma estratégia académica que encontra no autor a resolução para os enigmas do tempo.

Refira-se, porém, que a importância do autor não é sinónimo da sua hagiografia, pois os autores não se coíbem de referir as contradições do percurso de Freyre, nomeadamente o seu desvio racista na década de 1920, quando o tema ainda tinha algum peso científico. Nessa altura, Freyre testemunhou o reforço das ideias racistas nas campanhas que restringiam a imigração nos EUA, tendo, inclusivamente, afiançado que a sua não aplicação ao Brasil prejudicaria o país. Segundo os autores, o jovem Freyre teria sido vítima do *espírito do tempo*: “It was therefore understandable that Freyre would take these racist opinions as if they were proved scientific facts and that, following the majority of people around him, his prejudices would grow stronger” (p. 38).

De regresso ao Brasil, Gilberto Freyre reencontrou nas tradições da sua região um argumento para colmatar o complexo de inferioridade, realizando em *Casa Grande & Senzala* uma evocação poética e sensual do seu passado que possibilitou a invenção do Brasil. Os autores dedicam um capítulo inteiro à sua obra-prima, *Master and Slaves*, documentando de forma clara vários detalhes do livro, que vão desde a história de infância até às questões de género, raça, cultura, hibridismo, etc.

As contribuições do seu primeiro livro foram inúmeras e a sua repercussão pública transformou Gilberto Freyre num “intelectual público”. Esse é o tema do quarto capítulo, no qual os autores estudam as conturbadas ligações entre o intelectual e a política. Se, na década de 1930, Gilberto Freyre foi tomado por “agitador” e “bolchevique” por advogar, entre outras coisas, um inquérito às condições de trabalho dos *usineiros* nordestinos, na década de 1950 o escritor brasileiro tornou-se cúmplice do regime salazarista ao aceitar

viajar por “tantos portugueses”, elaborando uma teoria sobre o modo português de colonizar. Posteriormente, radicalizou a sua posição política e apoiou a ditadura militar brasileira, extremando, assim, o seu *brasileirismo*, que, segundo os autores, “had got out of hand at this time, and that his concern with foreign ideas and intrusions, which according to him might ‘debrazilianize’ the country, had made of him an aggressive nationalist” (p. 123).

Estes exemplos demonstram que o livro dos Burkes, contrariamente aos estudos apoloéticos ou aos libelos acusatórios, é um divisor de águas nos estudos freyrianos. Todavia, ficamos com a sensação de que os autores tentam preservar o melhor de Gilberto Freyre, especialmente quando consideram “compreensíveis” as suas simpatias pelo racismo científico, associando essa filiação ao *espírito do tempo*. O mesmo se passa quando referem a aparente excepcionalidade do seu “nacionalismo agressivo”, emitindo juízos de valor sobre formas de nacionalismo, como se estas fossem naturalmente boas ou más, e não formas permeadas por determinações ideológicas que cristalizam diferenças e rivalidades nacionais.

No quinto e sexto capítulos, “Empire and republic” e “The social theorist”, os autores destacam o papel do sociólogo brasileiro na introdução de abordagens que favoreceram o pluralismo metodológico; o estudo das práticas da vida quotidiana, incluindo o vestuário, a culinária, o corpo e outros detalhes aparentemente triviais da vida quotidiana; o estudo das questões identitárias e culturais. Na análise da sua “teoria social”, os autores refutam a ideia de “lusotropicalismo”, por esta estar demasiado ligada ao colonialismo português; no entanto, reaproveitam a ideia de “democracia racial”, esvaziando a sua controvérsia. Embora os autores discutam as formas de recepção da “democracia racial”, a sua polémica tende a ser dissipada na medida em que esta aparece como um sinónimo de consenso e paz social. A ideia passa a assumir um carácter de horizonte inultrapassável para a convivência fraternal e harmónica entre “raças” e culturas no século XXI: “in an age of racist revival and racist violence, it is clear that the world still has something to learn from Gilberto Freyre’s ‘mixophilia’ and his encouragement of harmony and fraternity” (p. 214).

É, pois, no espírito do *wishful thinking* que os autores encerram o livro com um capítulo intitulado “Gilberto our contemporary”. A contemporaneidade de Freyre, para além de académica, seria também política, pois as suas normas anti-racistas ajudariam a prevenir as contendas, evitando, assim, a irrupção de conflitos raciais. Contudo, os autores parecem esquecer que essas normas, indissociáveis do projecto freyriano de imaginação do Brasil, não impediram que a obliteração das diferenças, por via da miscigenação e consequente patrimonialização da *mulata*, apagasse as desigualdades. Nesse sentido, a “democracia racial” encobriu, mas não resolveu, os problemas do Brasil.

Apesar de o livro encerrar com o seu capítulo menos conseguido, sobrevalorizando o nacionalismo que Gilberto Freyre criou e o seu pioneirismo científico, os autores conseguem reinventar estudos freyrianos, acrescentando dados indispensáveis a futuras análises. A resenha concisa do trajecto de Freyre culmina numa proposta de regresso à sua obra, agora sob o signo da subalternidade contra-hegemónica dos trópicos. Não deixa, contudo, de ser irónico que, após a sua celebração popular, o autor avesso e incompreendido pelas academias oficiais regresse precisamente por essa via. Mas não será a institucionalização académica de Gilberto Freyre a condecoração que faltava ao homem que tropicalizou o Brasil?

Marcos Cardão
CEHCP/ISCTE

Sylvie Fainzang, **La relation médecins-malades: information et mensonge**, Paris, Presses Universitaires de France, 2006, 168 páginas.

Sylvie Fainzang habituou-nos à sua escrita, simultaneamente clara, precisa e elegante. Nesta obra desvenda as razões que levam médicos e pacientes a esconderem certas informações uns aos outros, a seleccionar e a revelar informações. Da omissão à mentira, passando pelo eufemismo, a antropóloga francesa captou o que dizem os profissionais de saúde aos seus pacientes e vice-versa, ao longo de um trabalho de campo de quatro anos. A maioria das suas observações efectuou-se em consultas de oncologia e nos serviços de medicina interna, onde analisou os discursos dos médicos em função do estado de evolução da doença dos seus pacientes.

Neste caso, as estratégias que os mesmos utilizam para contornar a verdade são essencialmente a minimização do problema de saúde do paciente, o recurso ao médico de família ou ainda a familiares do paciente para o anúncio do diagnóstico e a simples omissão da informação clínica, sob o pretexto de que quem não pergunta não quer saber.

Segundo as origens sociais e culturais, a idade e o sexo do paciente, os médicos mentem mais ou menos, explicam de forma mais ou menos simples ou mais ou menos concisa. A informação é mais facilmente cedida aos pacientes que os médicos julgam de nível sociocultural mais elevado, tanto por suporem que estes compreendem melhor a linguagem médica como por imaginarem que são mais aptos a suportar psicologicamente uma má notícia, quando se trata de um diagnóstico ou de um prognóstico